

EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE E GÊNERO: QUAL O OLHAR PERCEPTIVO DA ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM DIAS GUIMARÃES, SOBRE SEUS ALUNOS?

Maria da Solidade Teixeira Fernandes
msteixeiraf@hotmail.com

Resumo: Um dos assuntos que ganham cada vez mais espaço nas discussões dos estudos científicos, atualmente, são sexualidade e gênero. A sexualidade é importante na formação da personalidade, pois inerente à constituição humana, faz parte dos pensamentos e ações dos indivíduos. Quanto à questão do gênero já não é percebida, como em tempos atrás. Hoje, as concepções são diferentes. Apesar das transformações no currículo dos cursos de licenciatura e o surgimento de vários estudos e debates acerca dessa questão, ainda encontramos muitos (as)educadores (as) com dificuldades em lidar com esses temas. O objetivo desta pesquisa consiste em investigar a forma pela qual, professores de Ensino Fundamental da Escola Municipal Joaquim Dias Guimarães em Guanambi-Ba, percebem a sexualidade/sexo e gênero na escola. Procurou-se levantar dados relativos a estas questões no cotidiano escolar, verificando a posição da escola e como lidam com este assunto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que o “corpus” foram os professores que ali ministram suas aulas. A coleta dos dados foi realizada por meio da observação participante e entrevista individual, usando um questionário com questões norteadoras a fim de obter as respostas solicitadas. Após análise e reflexão, conclui-se que, os professores que atuam na escola, onde ocorreu a pesquisa, percebem as questões de gênero e sexo/sexualidade, com dificuldade, em decorrência da falta de conhecimento mais reflexivo sobre as temáticas, da falta de interesse em buscar e analisar as informações teóricas a fim de melhorar a prática em sala de aula e mudar alguns conceitos embutidos na nossa educação.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Sexualidade.

1. Introdução

Diversas mudanças têm ocorrido no mundo atual. Creio que, muito em consequência da globalização. Dentre elas as sociais que, com o passar do tempo, trouxeram-nos novos desafios e necessidades. Pessoas, lugares, caminhos e trajetórias começaram a ser questionadas e observadas e, todos foram colocados em diferentes esferas sociais, políticas, econômicas e sexuais.

A Sexualidade Humana, instância que vem sendo muito discutida e colocada em pauta nas questões educacionais, está envolvida num contexto social de desejos, crenças, representações,

valores, comportamentos, relações e identidades que são construídas e reformuladas ao longo do tempo (WEEKS, 2007).

Nesse contexto, Costa (2009), afirma que a sexualidade além de nos proporcionar o contato com o outro e a reflexão de experiências individuais e coletivas, ela relaciona-se como um pressuposto valioso para a vivência política do sujeito na sociedade.

Existem opiniões divergentes quanto à questão da orientação sexual. Acredita-se que, a escola seja um lugar importante para observar o processo de mudança, assumindo um papel de destaque na sociedade atual, onde os conflitos peculiares da juventude se tornam o foco principal das atenções e sem a escola não teríamos hoje tantas mudanças positivas quando pensamos em direitos e deveres. Acima de tudo ela é um espaço de vivência, troca, interação, onde estamos em contato com diversas culturas, credos e religiões, raças e etnias e diversidades sexuais.

O objetivo desta pesquisa consiste em investigar a forma pela qual professores de Ensino Fundamental da Escola Municipal Joaquim Dias Guimarães em Guanambi-Ba, percebem a sexualidade/sexo e gênero na escola. Procurou-se levantar dados relativos a estas questões no cotidiano escolar, verificando a posição da escola e como lidam com este assunto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que o “corpus” foram os professores que ali ministram suas aulas. A coleta dos dados foi realizada por meio da observação participante e entrevista individual, usando um questionário com questões norteadoras a fim de obter as respostas solicitadas.

2. O que diz a literatura?

2.1 A Educação no espaço escolar

Durkheim (1978), citado por Almeida e Prestes vê a educação como um conjunto de regras e valores que o homem exerce sobre outro homem é “a influência das coisas sobre os homens, já pelos processos, já pelos resultados, é diversa daquela que provém dos próprios homens.” Ele se refere à educação como uma influência que os adultos exercem sobre os jovens, ou seja, ela transmite conhecimentos adquiridos e aceitos socialmente que devem ser reproduzidos. A educação dessa forma não abriu espaço para as diferenças dos indivíduos, buscando sempre a idealização de um sujeito perfeito que receberá tudo aquilo que lhe for transmitido de forma

passiva, uma “educação bancária”. Para Paulo Freire (1996), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Isso nos leva a crer que, devemos conhecer e considerar as diferenças em vários aspectos, social, étnico racial, gênero e sexualidade, classe e por determinadas regiões geográficas. Aspectos estes que vemos contempladas nas práticas educacionais com muita dificuldade.

As instituições escolares fabricam os sujeitos que a frequentam, ou seja, elas são produzidas por eles e pelas representações de gênero que nelas circulam. Assim, nestas instituições pode haver a produção de diferenças e desigualdades destes indivíduos, e também a informação, do que cada um/a pode ou não fazer e do lugar que meninos e meninas devam ocupar (LOURO, 1997).

Segundo Costa (2009), mesmo que o trabalho de Educação Sexual provoque iniciativas emancipatórias, ainda existem problemas que impedem sua plena realização, sendo alguns destes, por exemplo, a escassez da discussão da sexualidade relacionada com o contexto social, enfatizando apenas questões biológicas, intensificando pensamento e condutas preconceituosas e/ou estereotipadas, e falta de formação dos profissionais da educação para trabalharem com a temática.

Partimos do pressuposto que a escola é considerada o local para uma estruturação de educação sexual completa e diferenciada, porém sabemos que as discussões dessa temática encontram-se marginalizadas no currículo escolar.

Nunes (1997), afirma que,

(...) a escola é o espaço também de crítica sobre a sexualidade estabelecida e o laboratório das novas significações e vivências. Não de uma maneira superficial como vem sendo feita, empirista, biologista, informativa e outra vez diretiva. Muitas escolas acreditam que fazem “educação sexual” por permitir que um padre ou um médico uma vez por ano fale sobre “Sexo e amor”, “Métodos anticoncepcionais e aborto”, “Aparelhos reprodutores masculinos e femininos” (p.17).

Para Campos (2015), o debate sobre a inserção da temática "Gênero e diversidade sexual" na escola tem sido construído com grande esforço em nosso país por grupos organizados,

educadores, pesquisadores e poder público, e se materializado em pesquisas, em artigos, eventos, em ações educativas e em documentos oficiais.

2.2 Educação Sexual: De quem é a responsabilidade?

Divergentes são as opiniões sobre essa questão de responsabilidade. Segundo Lima *et al* (2010), a família é o primeiro grupo que a criança tem contato e é nela que a criança recebe as primeiras orientações e normas dos padrões sexuais. Diversos fatores impedem que a família aborde esse assunto e que o trate como tabu. Abordar assuntos sobre a sexualidade não é fácil para os pais e as mães que sempre acreditam não ser o momento certo para o diálogo. Sentem dificuldades em falar naturalmente sobre sexo, gênero e sexualidade.

Para outros, a escola é um lugar importante para observar esse processo de mudança, assumindo um papel de destaque na sociedade contemporânea, onde os conflitos próprios da juventude se tornam o foco principal das atenções e sem escola não teríamos hoje tantas mudanças positivas quando pensamos em direitos e deveres. Acima de tudo ela é um espaço de vivência, troca, interação, onde estamos em contato com diversas culturas, credos e religiões, raças e etnias e diversidades sexual.

Louro (2007) argumenta que muitos/as educadores/as defendem que sexualidade e gênero devem ficar fora da escola. Entretanto, segundo Santos e Araújo (2009) a escola não apenas reproduz, como também produz as concepções de sexualidade e gênero. Dessa forma, as professoras e professores tornam-se referenciais da discussão sobre a sexualidade na escola, pois podem optar por: não discutir o problema, discutir superficialmente ou restringir o debate sobre a sexualidade à prevenção à gravidez na adolescência e à infecção pelo HIV/Aids.

Para algumas pessoas, escola e sexualidade devem constituir em duas instâncias distintas e absolutamente separadas. Essa distinção decorre do fato de que a sexualidade é entendida como uma questão pessoal e privada, bem como atravessada por decisões morais e religiosas, já a escola, compreendida com espaço social de formação, voltada para a vida coletiva deveria afastar

das polêmicas e dos conflitos. Sendo assim, entendem que é papel exclusivamente da família se ocupar da educação sexual das crianças e adolescentes (LOURO, 1998).

Segundo a mesma autora, “a sexualidade se constitui em um aspecto importante da formação dos sujeitos e dos grupos, exigindo atenção no contexto das políticas e dos programas educacionais”, e, conseqüentemente do espaço escolar (p. 87).

Ao compartilharmos com o mesmo ponto de vista, entendemos que é impossível separar a escola das discussões dessas temáticas. Essa compreensão parece-nos importante, na medida em que “a educação sexual desenvolvida nas escolas acaba por se ocupar, centralmente, das concepções, representações e das lutas sobre as identidades sexuais e de gênero” (LOURO, 1998, p. 90).

Para Almeida e Prestes (2010), a educação dentro da nossa sociedade diz respeito a uma série de regras e valores que devem ser internalizados, sendo que a primeira transmissora desses conhecimentos é a família, que historicamente esteve ocupando esse papel, em segundo lugar vem à escola que acabou ocupando um espaço grande. Com o passar do tempo as obrigações familiares foram lentamente se transferindo para a escola que cada vez mais se ocupava de questões relativas às primeiras formas de socialização, como os procedimentos de higiene e saúde.

A reflexão sobre mentalidades e práticas em relação à sexualidade, gênero e diversidade sexual nos remete aos conceitos de significado, sentido e prática social. Significados construídos, compartilhados e cristalizados historicamente que, apropriados pelos indivíduos, tornam-se sentidos (subjetivação de significados) e, articulados, sustentam a abordagem dessa temática nas escolas: disciplinar, normativa e reducionista.

Essa afirmativa é corroborada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que coloca a sexualidade e a Orientação Sexual como tema transversal e relevante para discussão nos estabelecimentos de ensino, bem como um processo de intervenção pedagógica.

Nesse contexto, os PCN's, por meio do tema transversal orientação sexual, é um documento que dá legitimidade para que o/a professor/a trabalhe com sexualidade em sala de aula. Neste documento, é enfatizada a necessidade de se trabalhar sexualidade em seus diversos aspectos, o social, o psíquico e o biológico, com o objetivo de se fornecer uma visão pluralista da

sexualidade, bem como sanar a ocorrência de gravidez indesejada, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's) e abuso sexual (BRASIL, 1997).

Em se tratando da questão da educação sexual é interessante que o professor procure discernimento para não transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdade absoluta, prestando atenção nas dúvidas e questionamentos dos alunos para saber até onde explicar, o professor não pode ser visto também como apenas quem transmite informações aos seus alunos, mas também como profissional que cria e constrói conhecimentos, se envolvendo num processo de crescimento pessoal, cultural e profissional.

A educação tem como missão transmitir conhecimentos sobre a diversidade da cultura humana e levar as pessoas a tomarem consciência das semelhanças da interdependência entre todos os seres humanos. Segundo os PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (1997, p.128).

2.3 Qual a concepção de gênero?

O movimento feminista iniciou suas mobilizações nos EUA com discussões, questionamentos e problematizações sobre a relação desigual estabelecida entre homens e mulheres. Inúmeras discussões, passeatas, panfletagens, movimentos de resistência e luta por condições mais igualitárias eclodiram nos anos 70, com o início do processo de emancipação das mulheres (GROSSI; HEILBORN, 1998).

Vivemos em uma época marcada pela construção social dos papéis masculinos e femininos oriundos da relação de poder estabelecida entre homens e mulheres. Esta diferença, porém, tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade ainda não tem oferecido às mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a todos/as (PEREIRA et al, 2007). Porém, tem surgido ultimamente, outras formas de gênero, nos tempos modernos.

O gênero é uma ferramenta analítica que visa rejeitar o determinismo biológico encontrado nas diferenças entre homens e mulheres. O gênero pode ser definido de duas formas: “[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os

sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, P. 86), citado por (CASTRO E FRANÇA 2016).

As teorias mais recentes sobre as questões de gênero são concebidas a partir de diversas matrizes filosóficas e psicológicas. Segundo o pensamento pós-estruturalista, a identidade de gênero não é um dado natural, mas sim o resultado de uma série de discursos que permeiam as relações de poder entre as pessoas. Estes discursos hierarquizam grupos e validam o que é considerado normal a partir do que é estabelecido pela ordem dominante. O termo gênero, portanto, diz respeito aos processos culturais que atuam mediante relações de poder, construindo padrões hegemônicos, a partir de corpos sexuados (SCOTT, 1995).

A sexualidade constitui uma ampla categoria de análise, que considera as relações de poder, os referenciais de classe, as relações entre os gêneros, a diversidade sexual, os aspectos sociais, históricos, políticos, econômicos, éticos, étnicos e religiosos. A sexualidade compreende também os conceitos de linguagem, corpo e cultura (SANTOS e ARAUJO, 2009).

A identidade de gênero pode ser compreendida como a auto percepção de cada pessoa em relação às categorias sociais que dizem respeito ao masculino e ao feminino, à parte de uma representação biológica que se constrói pelos fatores sociais e culturais que são predominantes na formação. É um dos elementos constituintes da identidade, mas não a definidora desta. Seu desenvolvimento ocorre desde o nascimento, numa interação constante entre o indivíduo e os outros, não se constituindo nem se apresentando de maneira fixa (LOURO, 2003; RIBEIRO, 2002), citados por Castro; França, (2016).

Atualmente vive-se em um tempo marcado pela pluralidade e diversidade cultural e de gênero. Sendo assim, não é possível compreender a construção das identidades e fazer uma leitura crítica das relações de poder estabelecidas entre as pessoas se não as contextualizarmos histórica e culturalmente. O pensamento pós-estruturalista compreende a identidade cultural como síntese de categorias diversas, entre elas, as identidades étnicas, sociais, econômicas, sexuais, de geração, nacionalidade, religiosidade, gênero etc. (SOUZA, 2005; MEYER, 2003).

Louro (2000, 2003) e Souza (2005) apontam que a análise da identidade de gênero isolada de outras experiências pessoais é insuficiente para a compreensão das representações de poder ligadas intrinsecamente às construções das identidades; elas se constroem durante a vida do

indivíduo desde seu nascimento, nas relações que são estabelecidas entre a criança e as pessoas com quem convive, sejam elas outras crianças, adolescentes ou adultos, e também entre a criança e os diversos objetos culturais aos quais tem acesso.

2.4 Existe preconceito?

O olhar de preconceito de nossa sociedade está à espreita em todos os cantos, e as instituições de ensino nem sempre escapam dessa afirmação: 99,3% das pessoas em ambiente escolar são preconceituosas, segundo pesquisa da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), em parceria com o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). No top 5 das discriminações estão os preconceitos de gênero e de orientação sexual.

Ainda segundo a mesma pesquisa, o preconceito não se limita apenas aos alunos, mas diretores, professores e pais também fazem parte dos números que compõe o preconceito no ambiente escolar, mesmo que em menores proporções. “O professor também tem que estar alerta para as discriminações que acontecem na escola. Mas ele não nasce sabendo isso. Ele também foi criado em uma sociedade que é desigual, então ele tem que aprender a abrir os olhos e a mente durante um processo de formação continuada”, afirma Cláudia Vianna, professora da Faculdade de Educação (FE) e líder do Grupo de Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual.

Apesar das estatísticas, a resposta por meio de políticas públicas voltadas para a conscientização sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas ainda enfrentam muitas dificuldades. Na semana passada, um total de oito estados brasileiros vetaram termos que se referiam ao combate desses preconceitos. Dentre as metas barradas estavam programas para o esclarecimento sobre a situação de travestis, pessoas trans (O **transexual** nasceu homem, mas não se sente como tal, adotando roupas do sexo oposto, consumindo hormônios e logo se decide pela cirurgia de mudança de sexo) e orientação sexual. Um dos principais argumentos que levou deputados estaduais a serem contra a adoção das medidas, pressionados por suas bancadas religiosas e conservadoras, é o de uma suposta imposição de “ideologia de gênero”, que, segundo eles, viria a desvirtuar o modelo tradicional de família.

“Seria muita ingenuidade a gente achar que toda lei seria aplicada por completo [se aprovada]. Mas é mais fácil fazer valer algum direito quando ele já está legitimado em alguma instância”, explica a professora Cláudia. Além de reduzir a violência, como diversas pesquisas mostram, uma vez que essas demandas para frear o preconceito são acolhidas, fica mais fácil conseguir educar uma criança mais respeitadora das diversidades. “Os vetos a essas políticas são vetos ao enfrentamento da discriminação, da violência e ao projeto de uma educação mais democrática. Quando nós não discutimos, nós discriminamos”, conclui a especialista.

A desconstrução da oposição binária, segundo Louro (1997), teria como consequências mais importantes a ampliação das diferentes possibilidades de masculinidade e feminilidade feita pelos/as professores/as, fazendo com que diferentes formas de expressão passem a ser concebidas como construções possíveis.

Scott (1995) tece uma crítica importante à construção da ideia do antagonismo entre os sexos como algo inevitável às relações e revela como esta ideia encontra-se presente na obra de diferentes teóricos. Para este autor (1995, p.87) faz-se necessário rejeitar “o caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuína dos termos da diferença sexual”.

Quanto ao caráter social deste tipo de preconceito, Prado e Machado (2008, p. 67) explicitam que pode ser entendido “como um dos importantes mecanismos de manutenção da hierarquização entre os grupos sociais e da legitimação da inferiorização social na história de uma sociedade, o que muitas vezes consolida-se como violência e ódio de uns sobre outros”.

Para Borrillo (2010, p.13), “a xenofobia, o racismo ou antissemitismo, assim como a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos”. O mesmo autor (2010) salienta que a homofobia possui duas dimensões, uma pessoal, de natureza afetiva, em que o que se rejeita é a pessoa homossexual, e uma cultural, de natureza cognitiva, em que o que se rejeita é a homossexualidade, enquanto fenômeno psicológico e social.

Vianna e Unbehaum (2004) salientam a importância da inserção do tema da orientação sexual na escola e advertem que deverá ser oferecida ao/a educando/a a possibilidade de

questionar e criticar os rígidos papéis (pré)estabelecidos para homens e mulheres socialmente, construindo outros olhares sobre o outro e diminuindo assim o preconceito.

Freire, Haddad e Ribeiro (2007, p. 15), referem-se à construção de uma política pública de educação em gênero e diversidade reconhecendo que não "[...] bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas". Mentalidades estas que compreendem a diversidade sexual como algo patológico e alinham sexo, gênero e sexualidade, associando gênero à constituição biológica de macho e fêmea. Práticas que negligenciam a sexualidade em sua dimensão histórica e social e (re)produzem preconceitos, discriminação, marginalização e exclusão. Mentalidades e práticas construídas historicamente.

Por este assunto ter sido velado, ao longo dos tempos, resultando em concepções da sexualidade relacionados à obscenidade, a algo sujo, pecaminoso e proibido, negou-se aos jovens a educação sexual, dificultando as orientações necessárias à promoção da saúde sexual das pessoas. Os mitos sexuais são concepções errôneas ou inadequadas, que geram rumores e crendices populares. Os tabus sexuais sobre homossexualidade, masturbação e etc., são decorrentes de concepções que geram discriminação na sociedade. Ainda hoje, quando se fala sobre sexo e sexualidade, muitos remetem a valores e crenças revestidas de preconceitos, tabus, mitos e estereótipos. É preciso compreender que a sexualidade é parte integrante e indissociável da pessoa, não implicando necessariamente em seu aspecto reprodutivo, e que valores sexuais e estilos de vida podem ser vivenciados de modo diferenciado de uma pessoa para outra. Numa sociedade, a diversidade de valores e crenças é fato natural.

3. Resultados e discussão

Com base nos objetivos esperados para a concretização desta pesquisa acerca das considerações enfatizadas, por educadores (as) da escola, campo de pesquisa, relacionadas às questões de gênero e as manifestações da sexualidade no ambiente escolar, realizou-se inicialmente, observações em sala de aula, no período de junho a outubro de 2017, durante o turno matutino, na Escola Josefina Teixeira, localizada no município de Guanambi, como já mencionado, apresentando o corpo docente composto apenas por mulheres, num total de doze,

sendo dez professoras e uma diretora e uma secretária. Posterior às observações, aplicamos um questionário com perguntas voltadas ao interesse de investigação em que as participantes mencionaram seus atos e conhecimentos sobre gênero e sexualidade na escola. As respostas advindas deste questionário foram confrontadas com as observações realizadas. A maioria das professoras se negou a dar respostas. Desse total referido, apenas três se dispuseram a responder. Dentre as que deram suas respostas, apenas duas regentes e a diretora disponibilizou-se parte do seu tempo em participar da pesquisa. O argumento usado por parte das professoras que se negaram em responder foi que, desconheciam o tema, não tinham tempo e, enfim, não se sentiam preparadas para dar as respostas solicitadas ou talvez, falta de interesse mesmo.

Segue o relato de algumas respostas das profissionais que se dispuseram a colaborar com a pesquisa: Para denominação de cada uma serão usadas as três primeiras letras do nosso alfabeto, A, B e C. As três possuem Licenciatura em Pedagogia e Pós-graduação na área de Educação.

Ao serem questionadas elas disseram que *têm dificuldades na profissão*. A professora A respondeu *problemas de falta de preparo das famílias, problemas estruturais etc*. A professora B, *a indisciplina e outros*. A C, afirmou, *crianças carentes de afeto, cuidados, disciplina*.

Sobre uma outra indagação, A afirmou, que a importância de ser professor é para *contribuir para a formação de um ser humano melhor*; B, disse que, *you tem o papel de formador de opinião*; C, *o professor é a ponte que auxilia na formação de valores, conceitos e concepções*.

Quando perguntadas qual o significado de sexualidade, A disse que, faz parte da personalidade de cada um; *ela influencia no jeito de ser de cada pessoa. É o que sentimos, vivemos e dá prazer e alegria*; B, *busca de prazer, descoberta, sensações*; C, *complexo, não tem relação em ser homem ou mulher, mas se conhecer, se tocar, desde bebê até a fase adulta*.

Após serem indagadas sobre a reação quando os alunos expressam sobre sexualidade, A, respondeu que, *com naturalidade. Estão se descobrindo, se conhecendo*; B, argumentou que, *permito suas escolhas de sentar, ao lado, de falar, brincar sem proibições. Pois, essas preferências podem mudar ao passar do tempo*; C, respondeu, *tento agir com naturalidade, mas, sempre orientando*.

Outra pergunta, à qual responderam foi sobre a concepção de gênero. A respondeu que *é a diferenciação entre homem e mulher e outras escolhas*; B, *é a diferença entre os homens e as mulheres*; C, não respondeu.

Ao serem questionada sobre a orientação sexual nas escola, A disse: *faz parte dos conteúdos no eixo identidade e no componente natureza e sociedade na Educação Infantil*; B informou, *através de palestras e vídeos*; C, *onde trabalho, as crianças são pequenas, então, as orientações não são muito profundas*.

E por fim, à pergunta sobre os avanços e desafios, ao que responderam, A, *ainda muito confuso, pois muitos acham que é algo proibido, devido à própria orientação que recebeu. São questões que necessitam de muita discussão e entendimento*; B, sobre os avanços, *a permissividade de estarem todos no mesmo ambiente e até ser amigos dos diferentes na sua escolha* e sobre os desafios, *não estar preparada para trabalhar a sexualidade e gênero*; C, *ainda são muitos. Precisamos avançar nos diálogos, na forma que percebemos o outro e no seu modo de ser e suas escolhas*.

Pelo que observei, em conversa com alguns professores, esse é um assunto difícil de se tocar por causa da educação que receberam. Todos acreditam que é difícil entender, aceitar e mudar alguns conceitos na nossa educação. Não é fácil mudar a maneira de pensar. Acredito que, por essa razão, há muita intolerância, tanto na escola como em outro lugar qualquer.

A sociedade discrimina tudo o que não é igual ao modelo colocado como correto e não é só na cor da pele, na sexualidade, mas também com referência à aparência, profissão e muito mais e já fomos criados com esses preconceitos. Muita coisa deve ser revista e transformada, mas só conseguiremos esse feito com a interação e ajuda da família e sociedade com a escola.

Embora os professores/as entendam a importância da temática dentro do currículo escolar, alguns não têm formação adequada para levar essa discussão para suas práticas cotidianas em sala de aula. E quando o fazem, na maioria das vezes, trazem elementos que foram buscados na sua trajetória histórica, cultural, religiosa, familiar, o que pode causar transtornos, que podem marcar a vida dos alunos.

Percentagem de pessoas com preconceito e sem preconceito dentro da escola, sobre gênero e sexualidade



Fonte: Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

Conforme vemos, a percentagem que o INEP nos apresenta, de pessoas com preconceitos sobre gênero e sexualidade, dentro da instituição escola, é muito grande. Acredito que, venha a influir no trabalho do professor. Por essa razão, os contatados se negaram em participar.

4. Considerações finais

Somente leis, para que, sentidos e práticas educativas sejam reconstruídas, não são suficientes. É necessário, que pesquisadores reflitam sobre a temática e que, resultados de pesquisas fundamentem as discussões em torno do tema e, haja uma maior conscientização da necessidade do trabalho em sala de aula, pelos professores.

A percepção de escola, gênero e sexualidade que foi apresentada e defendida nesta pesquisa está inserida em um contexto de igualdade e equidade social, entretanto a luta está apenas no começo, há um caminho longo pela frente, cabendo à universidade e outros envolvidos assumirem sua responsabilidade como formadora de professores/as em seus múltiplos aspectos e dimensões, tanto na sua fase de formação inicial quanto na formação continuada.

Após análise e reflexão, conclui-se que, os professores que atuam na escola, onde ocorreu a pesquisa, percebem as questões de gênero e sexo /sexualidade, com dificuldade, em decorrência da falta de conhecimento mais reflexivo sobre as temáticas, da falta de interesse em buscar e analisar as informações teóricas a fim de melhorar a prática em sala de aula e mudar alguns conceitos embutidos na nossa educação.

Referências

ALMEIDA Kaciane Daniella de e PRESTES Lilian dos Santos. **Gênero, sexualidade e educação**: como o/a professor/a está inserido nesse contexto. Artigo apresentado no VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero. 2010.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Pluralidade Cultural, orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997, 164 p.

BRITZMAN, D. P. Sexualidade e Cidadania Democrática in: **Escola Cidadã**: Teoria e Prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. **Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas**. Disponível em:

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132015000400001. Acesso em 09/07/2017. 2015.

CASTRO, Erica Aline de; FRANÇA, Fabiane Freire. **Sexualidade e gênero nos anos iniciais do ensino fundamental: uma análise das representações docentes**. Artigo apresentado no 2º Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História. Guarapuava – Paraná. 2016.

COSTA, A. P. **As concepções de sexualidade de um grupo de alunas do curso de Pedagogia**: uma análise a partir do recorte de gênero. 2009. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara - SP, 2009.

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e. Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FREIRE, N.; HADDAD, F.; RIBEIRO, M. Construindo uma política de educação em gênero e diversidade. In: PEREIRA, M. E. et al. (Org.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007. p. 15-16. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/gde-2007.pdf>>. Acesso em: 6 /06/2017. /2007.

GROSSI, M.; HEILBORN, M. L. **Entrevista com Joan Walach Scott**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 114-125, 1998.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Aplicadas Anísio Teixeira. Disponível em www.inep.gov.br/. Acesso em 25/08/2017.

LIMA, Aline Aparecida et al. Educação sexual infantil: **A interação entre a família e escola como fator determinante para uma educação eficaz**. *Pedagogia em Ação*, v. 2, n. 1, p. 1-103, Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/4484/4609>. Acesso: 10 de julho de 2017. 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 7-179.

_____. Sexualidade: lições da escola. In.: MEYER, Dagmar Estermann (Org.). **Saúde e Sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, (Cadernos Educação Básica 4), 1998, p. 85- 96.

Louro, G. L. “Sexualidade: lições da escola”. In: Meyer, D. E. E. (org.). **Saúde e sexualidade na escola**. 2. ed. Porto Alegre, Mediação, pp. 85–96. (Cadernos Educação Básica, 4). 2000.

_____. Pedagogias da sexualidade. In.: _____. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.7-34.

MEYER, D. G. “Escola, currículo e diferença: implicações para a docência”. In: Barbosa, R. L. L. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo, UNESP, 2003. pp. 257-265.

NUNES, C.A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papyrus, 1997.

PEREIRA, M. E., ROHDEN, F. et. al. (org). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais – Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007.**

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; ARAUJO, Débora Cristina de. **Sexualidades e Gêneros: questões introdutórias**. In: SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; ARAUJO, Débora Cristina de (Org), *Sexualidade*, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação.

Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba : SEED – Pr., 2009. - 216 p.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Rio Grande do Sul, vol. 20, n. 2, 1995. pp. 71-99.

SOUZA, J. F. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais**: implicações para a educação infantil. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/SOUZA.pdf>. 2005.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.35-82.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil**: 1988-2002. *Caderno de pesquisa*, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

ALMEIDA, Kaciane Daniella de; PRESTES, Santos Lilian. **Gênero, sexualidade e educação**: como o/a professor/a está inserido nesse contexto. Artigo apresentado no VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero. 2010.

SOARES, G. F.. "Mulher e espaço escolar: uma discussão sobre as identidades de gênero". In: Ribeiro, P. R. C. et al. (org.). **Educação e Sexualidade: identidades, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceitos, homofobia**. 2. ed. Rio Grande, FURG, 2008, pp. 124-134.

VIANA, Cláudia. **Preconceito por orientação sexual e gênero nas escolas**. Disponível em www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a05v2795. Acesso em 24/08/2017. 2015.

Apêndice

Questionário

1. Qual a escola em que você trabalha? _____
2. Há quanto tempo trabalha como professor? _____
3. Você gosta de ser professor? _____
4. Se sente realizada? _____
5. Você encontra dificuldades na sua profissão? _____
6. Em caso afirmativo. Quais? _____
7. Sua formação: _____

8. O que você entende por sexualidade? _____
9. Como você reage diante das expressões da sexualidade infantil em sala de aula? _____
10. A sexualidade está ligada a identidade de gênero? _____
11. Qual a concepção de gênero? _____
12. Com isso, como você organiza as filas de alunos (as)? () Uma fila mista; () Uma fila de meninos e outra fila de meninas; () Não tem fila.
13. Com relação às brincadeiras entre as crianças, como você atua?
() Deixa as crianças brincarem livremente; () Separa o grupo das meninas e o grupo dos meninos, devido ao fato de que as brincadeiras das meninas são mais “sensíveis” e a dos meninos são mais “violentas”; () Intervém ao ver meninas brincando de carro e bola e meninos brincando de boneca.
14. Qual sua opinião a respeito de meninos e meninas brincarem juntos com o mesmo brinquedo ou brincadeira? _____
15. Como se dá a orientação sexual na escola? _____
16. Como a escola discute a concepção de gênero na atualidade? _____
17. Quais os avanços e desafios que os professores percebem na questão de gênero e sexualidade? _____